



1290000816



TCC/UNICAMP AL87a

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO



" OS AJUSTES DOS MERCADOS DE TRABALHO METROPOLITANOS
DE SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 1980 "

aluno: Humberto Prates F. Alves ra.870480
orientador: Carlos Américo Pacheco ✓

Instituto de Economia-UNICAMP, Dezembro de 1992 ✓

TCC/UNICAMP
AL87a
IE/816

CEDOC/IE

CAPÍTULO I - Acontecimentos sobre o Setor Informal

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorreu, em quase todos os países da América Latina, um fenômeno de intensa migração do campo para a cidade, notadamente para as grandes metrópoles.

Acontece que nesses países, mesmo aqueles que experimentaram um grande desenvolvimento industrial, os setores modernos da economia não foram capazes de absorver, de forma produtiva, essa enorme massa de migrantes. A consequência desse fenômeno foi a proliferação de enormes contingentes populacionais nas áreas metropolitanas, que se mantêm à margem do mercado de trabalho, em situações de desemprego ou sub-emprego, e, por consequência, em estado de miséria.

"A explicação geral (supostamente válida para todos os países da América Latina) fornecida para o fenômeno conhecido como o da expansão de um contingente marginal urbano estrutura-se em torno de um conjunto de idéias relativas ao caráter dependente do desenvolvimento industrial da América Latina"¹. Assim, esse caráter dependente do desenvolvimento capitalista latino-americano faria com que a indústria, em resposta aos padrões industriais dos países desenvolvidos, fosse intensiva em

¹ FARIA, Vilmar - "Pobreza Urbana, Sistema Urbano e Marginalidade" in Estudos CEBRAP, n.9, São Paulo, jul/set 1974.

capital e que o sistema industrial, ao se expandir, desorganizasse as formas mais arcaicas de produção e liberasse mão-de-obra sem ser capaz, simultaneamente, de absorvê-la.

Essa visão apresentada corresponde, de forma geral, às chamadas teorias da marginalidade, que estiveram em voga no final dos anos 60, na América Latina. As teorias sobre marginalidade urbana procuram mostrar que esse contingente, que não tem possibilidade de empregar-se nos setores mais modernos da economia, subemprega-se em ocupações instáveis e improdutivas, em geral no setor de serviços, quando não engrossam o contingente de desempregados.

Estas diversas hipóteses sobre o fenômeno da marginalidade urbana,"quando confrontadas com a evidência empírica, histórica e atual, existente para o caso brasileiro, são inadequadas"². Tomando a evolução do emprego entre 1950 e 1970, período em que intensificou-se a industrialização em grande escala e o uso de tecnologia avançada, vemos que o dinamismo do setor industrial e de transportes, comunicações e armazenagem na geração de empregos foi muito importante no Brasil. Nesse período dobrou o número de empregos nesses setores. E os indicadores tradicionais de inchaço do terciário não se comportaram segundo o preconizado pelas teorias da marginalidade em seu

estado atual de formulação, pelo menos para o país em seu conjunto.

No final dos anos 60, deu-se um intenso debate, na América Latina, que ficou conhecido como controvérsia sobre marginalidade. Uma questão central que marcou o debate dizia respeito, como já foi dito, ao fato do processo de desenvolvimento ter mantido à margem dos setores econômicos modernos uma parcela significativa da população em idade ativa. Entendia-se que, diante desse quadro de incapacidade dos setores modernos de absorver a grande disponibilidade de mão-de-obra existente no meio urbano, o excedente populacional deveria se engajar em atividades "atrasadas", especialmente os serviços urbanos.

A partir desse ponto, os autores que participaram da controvérsia sobre marginalidade começam a discutir, já no início dos anos 70, o papel cumprido pelas formas de atividade "atrasadas" na dinâmica de economias fortemente heterogêneas, como as latino-americanas.

Apesar da inadequação dos principais argumentos da teoria da marginalidade ao caso brasileiro, é inegável a grande influência que esta teve na literatura sobre informalidade no Brasil.

A idéia de setor informal tem origem num estudo clássico da OIT sobre emprego no Quênia. Este estudo mostrava que o processo de desenvolvimento resultava na

coexistência de setores modernos e atrasados. Estava assim subjacente neste estudo uma concepção dual sobre a organização da economia urbana.

Este trabalho definiu algumas características básicas do setor informal: a) fácil acesso a novos trabalhadores (ingressantes); b) empresas do setor utilizam materiais nacionais e são de propriedade familiar; c) operam em pequena escala, em mercados não regulamentados e competitivos, utilizam tecnologia adaptada e com grande densidade de mão-de-obra; d) a qualificação dos trabalhadores é obtida fora do sistema escolar oficial.

Porém, apesar dos avanços conceituais deste trabalho, ainda são vagos os elementos que permitem diferenciar os dois setores, além de possuir características específicas sobre o Quênia, que não são generalizáveis.

Outro problema é que o conceito de informal é muito amplo para ser útil a nível analítico e empírico, tendo por isso um caráter residual. Este é um problema que se tentará resolver mais tarde na literatura especializada.

A incorporação do conceito de setor informal na problemática latino-americana deu-se através da experiência do PREALC. As primeiras formulações do PREALC, no início dos anos 70, colocam o setor informal como complementar (funcional) ao setor formal e já possuem uma visão de heterogeneidade desse setor.

Uma característica geral do setor seria a facilidade de entrada. Esta decorreria, por um lado, do baixo grau

tecnológico e pequeno tamanho das unidades produtivas e, por outro, pela inserção das unidades em mercados competitivos e na base da pirâmide de oferta dos mercados dominados por oligopólios concentrados.

De forma sistemática, os principais pontos propostos pelo PREALC na década de 70 são: a) o setor informal é o verdadeiro "ajuste" do mercado de trabalho entre a quantidade de pessoas que deve obter renda por seu trabalho e a quantidade de postos de trabalho disponíveis nos setores mais organizados; b) o setor informal é a "porta de entrada" dos migrantes no mundo do trabalho; c) o emprego não está vinculado ao nível de produção no mesmo setor; d) o ajuste entre o nível de produção e a quantidade de ocupados no setor informal se faz pelo nível de rendimentos. A renda média é a variável de ajuste.

Alguns anos mais tarde, Paulo Renato Costa Souza irá fazer uma série de críticas às formulações do PREALC. Uma delas no sentido de que estava "pouco clara a posição sobre as relações entre setor informal e o funcionamento do sistema econômico, particularmente no que se referia ao processo de acumulação capitalista"³. O avanço dos trabalhos de Paulo Renato tiveram como consequência sua ruptura em relação às formulações iniciais do PREALC.

Este avanço é formalizado na sua tese de doutoramento. O ponto nuclear de sua proposição vincula-se à capacidade de

³ SOUZA, Paulo R. - "A Determinação dos Salários e do Emprego em Economias Atrasadas", Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, mimeo, Campinas, 1980.

acumulação de capital criar, destruir, e recriar os espaços econômicos ocupados pelas unidades informais. Assim, na fase de expansão, o núcleo capitalista amplia seu espaço econômico e também aquele ocupado pelas unidades não-capitalistas, enquanto que na crise os impactos significam redução em ambos os espaços.

Portanto essa nova visão de Paulo Renato sobre "o funcionamento do setor informal concebe-o como formas de organização que se inseriam na estrutura econômica de forma intersticial junto com as formas propriamente capitalistas, mas atuando em espaços de mercado perfeitamente delimitados que são criados, destruídos e recriados pela expansão do sistema hegemônico"4.

Esta proposição rompe com a visão dual do mercado de trabalho, na medida que passa a conceber que o setor informal é resultado do movimento econômico realizado pelo setor formal. Neste sentido, o segmento propulsor da atividade econômica - denominado de núcleo capitalista ou núcleo organizado - subordina as atividades informais.

O autor também coloca que o setor informal é bastante heterogêneo, abarcando atividades com baixo requerimento de capital e tecnológico, bem como formas com requerimentos significativos. E para retratar essa heterogeneidade propõe a seguinte tipologia :

a) empresas familiares : concentrados essencialmente no pequeno comércio estabelecido, na pequena indústria.

Utilizam algum equipamento ou instalações fixas e tem acesso a mercados não competitivos, sendo consideradas por isso eficientes e produtivas

b) trabalhadores por conta própria subordinados : trabalhadores autônomos que produzem ou prestam serviços para uma única empresa. é uma forma especial de assalariamento. Exemplo. costureiras à domicílio, sorveteiros. é fácil a entrada de novos produtores

c) pequenos vendedores de serviço : imensa gama de trabalhadores autônomos (biscateiros, vendedores ambulantes, engraxates, guardadores de carro, etc). Grande facilidade de entrada sendo a renda média a variável de ajuste.

d) serviço doméstico : Formalmente estamos em presença de assalariados mas não existe a subordinação a um capital. A facilidade de entrada é discutível em função do estabelecimento de relações pessoais (5).

Uma outra categoria seria quase-empresas capitalistas, que se assemelham às empresas familiares, diferindo destas na utilização permanente de trabalho assalariado.

Contudo, uma questão deve ser explicitada após esta apresentação proposta pelo autor. Agora o elemento central para a definição do setor informal deixa de ser a facilidade de entrada e passa a ser as características da organização produtiva. Esta mudança significou uma completa reformulação da concepção de setor informal.

5 Esta tipologia se encontra no livro citado na nota anterior.

Existem, segundo Paulo Renato, em virtude da heterogeneidade do setor, diferentes graus de facilidade à entrada, correspondendo a distintas formas de organização da produção. A renda média como variável de ajuste entre oferta e demanda de trabalho só vale, neste caso, para aqueles segmentos onde há facilidade à entrada. Tem-se, desta forma, como expressão dessa heterogeneidade, diferentes níveis de renda, não se podendo mais caracterizar este setor como depositário de população de baixa renda.

Portanto Paulo Renato formula uma proposta metodológica assentada nas formas de organização da produção, que toma as estruturas de mercado, o grau de capitalização, a existência de incorporação de progresso técnico, as relações de trabalho como elementos definitórios das unidades produtivas informais.

Ele coloca ainda que a referência para a determinação do rendimento médio nas atividades informais com facilidade de entrada deixa de ser o custo de reprodução da força de trabalho e passa a ser a taxa de salário do núcleo capitalista.

Outra vertente de análise sobre setor informal são os trabalhos de V. Tokman. Sua visão sobre o setor corresponde, em grande parte, àquela formulada pelo PREALC nos anos de 1976 e 1979, onde prevalece uma concepção dual da economia urbana.

Nesse sentido, parece ser difícil sugerir a existência de um consenso sobre o tema pois a heterogeneidade de

enfoques sobre um mesmo conceito não faz senão refletir o uso de definições distintas.

Entre as contribuições mais recentes sobre o tema, está um trabalho de M. C. Cacciamali sobre o setor informal que incorpora a visão intersticial e subordinada proposta por Paulo Renato. Neste estudo, critica-se as visões que relacionam o setor informal com baixa renda ou com atividades não regulamentadas, e sustenta que este setor deve ser relacionado com a forma de participação dos indivíduos na produção.

Para a autora, o setor informal deve ser analisado a partir de quatro elementos essenciais: a) em função de um processo de desenvolvimento capitalista específico; b) como forma particular de organização da produção, onde o produtor direto é proprietário dos meios de produção; c) como forma de organização produtiva intersticial e subordinada aos movimentos da produção capitalista; d) rompimento com as visões duais, recorrentes nas análises sobre o tema

"A produção informal é entendida como o conjunto de formas de organização da produção que não se baseia, para seu funcionamento, no trabalho assalariado. Ela ocupa os espaços econômicos, os interstícios não ocupados pelas formas de organização da produção capitalista, que estão, potencial ou efetivamente, a sofrer contínuos deslocamentos pela ação dessas últimas"⁷. Além disso, nas unidades

⁷ CACCIAMALI, Maria C. - "Informalização Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro", Texto para Discussão n.19, Ministério do Trabalho, Novembro de 1989.

informais não existe acumulação e nem saltos tecnológicos quando a atividade está em andamento. Estes saltos, quando se processam, correspondem a uma resposta à redefinição do setor formal.

Neste sentido, o que define o estabelecimento informal é que não há a separação entre capital e trabalho :

i) o produtor direto é proprietário dos instrumentos de trabalho e/ou estoque de bens para a realização de seu trabalho e se insere na produção sob a forma simultânea de patrão e empregado. ii) ele emprega a si mesmo e pode lançar mão de trabalho familiar ou de ajudantes como extensão de seu próprio trabalho; obrigatoriamente participa diretamente da produção (de bens ou serviços) e conjuga essa atividade com aquela de gestão.

Na forma de organização do trabalho e da produção do setor informal decorrem algumas diferenças em relação ao formal. Uma delas é que a racionalidade econômica dos produtores informais objetiva, ao invés de uma taxa de retorno competitiva e/ou de um processo de acumulação, maximizar o fluxo de renda total da atividade. Isto permitiria, em primeira instância, a reprodução do produtor e da sua família, muitas vezes ampliada, e, em seguida, a manutenção da atividade. É importante observar, contudo, que o setor informal não é homogêneo. Algumas atividades apresentam rendas relativamente altas e condições de trabalho mais satisfatórias, inclusive, quando comparadas

com o conjunto de postos assalariados, enquanto outras representam mero expediente de sobrevivência.

Outra característica importante é quanto ao processo de trabalho. À medida que existe a posse dos instrumentos de trabalho, que não há separação entre o trabalho direto e o de gestão, e que a atividade é organizada em pequena escala, a fragmentação do trabalho em tarefas distintas não impede ao trabalhador, e aos seus ajudantes, apreender a totalidade do processo que gera o produto ou o serviço. Mais ainda, é a cognição extensiva e qualitativa sobre o processo de trabalho que confere a base para a inserção contínua e bem sucedida, em muitos casos, do produtor informal na estrutura produtiva e no mercado de bens e serviços. É, portanto, nesse sentido que se afirma que o trabalhador do setor informal tem maior domínio que o trabalhador assalariado sobre o exercício do trabalho.

Ainda um outro aspecto a se mencionar é que o setor informal, para determinadas parcelas da população, pode constituir-se numa fonte preciosa de emprego e de renda, principalmente para os trabalhadores que não participaram de um processo de educação formal básico ou profissional. No entanto, é preciso ressaltar que o setor informal não pode ser considerado como a forma principal de resolver a necessidade de empregos numa sociedade capitalista, independente do estágio de industrialização. Além da pouca capacidade relativa de absorção de mão-de-obra devido a sua pequena magnitude, nas épocas de crise ocorre, para um

grande número de segmentos informais, um ajustamento via diminuição da renda média, perdendo assim sua qualidade positiva.

Em seguida a autora faz uma distinção entre o conceito de setor informal e o de economia submersa, que são às vezes tomados como sinônimos. Enquanto o conceito de setor informal se dá a partir das relações de produção e de trabalho, o conceito de economia submersa se aplica às atividades econômicas que não cumprem as regulamentações institucionais, sejam estas fiscais, trabalhistas ou de outro tipo, isto é, diz respeito às atividades (que podem inclusive serem grandes empresas) que praticam a ilegalidade perante as instituições.

A partir desta concepção de informal, a autora faz uma crítica à visão generalizada de que os bens e serviços produzidos pelo setor informal são destinados à população de baixa renda. Ela diz que as informações existentes indicam que esta população não se abastece no setor informal, nem ela se constitui no seu principal cliente.

Outra questão importante abordada pela autora é quanto à vigência de concorrência acirrada internamente a todo setor informal. Seus argumentos são de que não se encontra um elevado grau de concorrência em todos os segmentos do setor e, portanto, não se pode tomar a "facilidade de entrada" e a existência de mercados competitivos como características síntese do setor.

Uma questão interessante, que foi preocupação de Cacciamali, e foi desenvolvida (apesar de não ser seu objeto central) no trabalho de P.E.Baltar e L.Guimarães Neto(8), diz respeito às diferenças regionais no papel cumprido pelo setor informal nos mercados de trabalho urbanos.

A partir de uma análise dos mercados de trabalho metropolitanos de São Paulo e Recife, os autores sugerem que as diferenças regionais dos impactos da crise sobre os mercados de trabalho poderiam ser reflexos das diferentes capacidades dinamizadoras que o núcleo capitalista tem sobre as atividades não-organizadas em cada uma das regiões. Em regiões onde o núcleo capitalista é mais dinâmico, as atividades não-organizadas estão mais sujeitas a transformações, que atuam no sentido de torná-las mais complexas, logo, apresentando maiores dificuldades à entrada de novos produtores. Ai, estas atividades são cada vez menos capazes de cumprirem o papel de absorvedoras da mão-de-obra excedente. Já em regiões menos dinâmicas, menores são as transformações sofridas pelas atividades não-organizadas, menos integradas estão com o núcleo dinâmico e, em consequência, mais se aproximam do papel de absorvedor do excedente populacional.

Para os autores, esta hipótese é evidenciada pelo comportamento dos indicadores relativos ao período da crise

8 BALTAZ, Paulo E. & GUIMARÃES NETO, Leonardo - "Mercado de Trabalho e Crise: Notas para uma Abordagem", ANPEC/PNPE/UNICAMP, mimeo, Campinas, 1987.

econômica de 1981-83, que mostram o aumento do desemprego e da contratação de assalariados sem carteira assinada em São Paulo e para Recife um incremento mais significativo dos autônomos e, secundariamente, dos desempregados.

Outra contribuição importante sobre o tema é de C.S. Dedecca que coloca que "na fase atual do capitalismo oligopólico, mesmo em economias atrasadas e periféricas, a ação das grandes empresas nacionais e multinacionais, na busca de novos e antigos mercados, detona permanentemente um processo de destruição criadora que transforma a totalidade do espaço econômico nacional"(9). Estas empresas constituem-se no miolo do segmento organizado ou formal. Um conjunto mais amplo de empresas ou indivíduos presentes nos mercados organizam-se em espaços econômicos gestados pelas decisões das grandes empresas.

A partir destas considerações, é proposta a seguinte organização dos agentes econômicos : a)empresas capitalistas subordinadas; b)unidades produtivas não capitalistas integradas e c)unidades produtivas não capitalistas não integradas.

A dinâmica comandada pelas grandes empresas modifica os espaços econômicos, levando a um crescimento do peso relativo das pessoas ocupadas nas grandes empresas capitalistas, nas empresas capitalistas subordinadas, nas unidades produtivas não capitalistas integradas e uma

9 DEDECCA, Claudio S. - "Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano: Uma Abordagem da Região Metropolitana de São Paulo", Tese de doutoramento, IE/UNICAMP, mimeo, Campinas, 1990.

progressiva perda de importância relativa da ocupação nas unidades produtivas não capitalistas não integradas.

Para Dedecca, a maior subordinação/integração das atividades não-organizadas na Grande São Paulo determinou que o ajuste deste mercado de trabalho durante a crise de 1981-83 não pudesse ser absorvido via uma ampliação da ocupação nas unidades produtivas não capitalistas não integradas. Ao contrário, em Recife, a ocupação nestas unidades parece que se constituiu no locus do ajuste.

Portanto, estas indicações sugeririam que nos mercados de trabalho com maior subordinação/integração não se daria um inchamento dessas unidades, por sua pouca importância relativa e subordinação ao segmento capitalista. Como mostra o autor, a ocupação nestas unidades apresentou um crescimento significativo nos momentos de expansão do emprego capitalista durante 1985, 1986 e 1987 na Grande São Paulo, enquanto que nas épocas de crise do emprego no segmento capitalista, verificar-se-ia também uma queda na ocupação não integrada. Assim, o processo de subordinação/integração determinaria que mesmo as atividades não organizadas não integradas possuíssem um desempenho de seu nível de ocupação pró-cíclico. Esta conclusão contraria a concepção corrente que enxerga o setor informal como sendo o absorvedor das crises do emprego capitalista.

O comportamento pró-cíclico da ocupação nestas unidades implicaria na existência de barreiras à entrada para novos concorrentes nestes mercados, cuja dimensão deveria se

reduzir nos momentos de melhora do nível geral de atividade econômica, analogamente aos mercados de empresas capitalistas. Além disso, a inclusão do conceito de barreiras à entrada poria em questão o papel da renda média como variável de ajuste do mercado do setor informal. A renda média só poderia cumprir tal função em mercados competitivos com fácil entrada.

O que C.S.Dedecca pretendia, com esse modelo, era explicar porque a crise de 1981-83 no mercado de trabalho na Grande São Paulo gerou desemprego e um processo de "informalização" realizado via o crescimento da relação de trabalho não regulamentada, diferentemente do que convencionalmente se esperaria encontrar, isto é, de um inchaço da ocupação nas unidades não capitalistas não integradas. Ao contrário, em mercados de trabalho de regiões mais atrasadas o ajuste se daria, em grande parte, via ampliação da ocupação nas unidades não organizadas não integradas. Porém seria importante ressaltar que estas regiões passariam a incorporar um desemprego não desprezível, o que corroboraria mais uma vez a não aceitação da visão corrente de facilidade de entrada nos setores não organizados.

Contudo, é fundamental observar que essa tese de Dedecca foi formulada tendo em vista a crise de 1981-83, e consequentemente dentro do contexto do período. A situação atual do mercado de trabalho, com a recente crise a partir

de 1990, problematiza essa visão anterior. Agora o ajuste também se dá via a ampliação das chamadas unidades não organizadas não integradas, através de um grande crescimento dos autônomos e do emprego doméstico, além de uma explosão do desemprego.

A recessão atual provocou uma deterioração do mercado de trabalho bem maior do que a crise do início dos anos 80. Isto porque esta crise, que se dá numa intensidade semelhante a anterior, ocorre após 10 anos de estagnação econômica, ao contrário de 1981 quando a economia vinha de uma longa trajetória de crescimento.

O que se pretende analisar nos próximos capítulos é, com base no desempenho dos mercados de trabalho metropolitanos do Rio de Janeiro e São Paulo, qual teria sido o comportamento do mercado de trabalho na década de 1980, levando em conta uma distinção entre setores organizados e não organizados da economia

Cap.2- O Mercado de Trabalho Brasileiro na Década de 1980

A década de 1980 significou a ruptura de uma longa trajetória de crescimento para a economia brasileira. A crise econômica do início da década, com recessão, elevação do desemprego aberto e crise social, teve uma dimensão jamais vista no país até então. Em termos de crescimento econômico, os anos 80 ficaram conhecidos como a "década perdida". Em média, o PIB do país apresentou uma taxa próxima ao ritmo de crescimento da população, fazendo com que a renda por habitante ao fim da década fosse praticamente a mesma do seu início.

Assim, os anos 80 caracterizaram-se "pela não resolução das questões estruturais do plano social, do endividamento externo e interno; por elevadas e descontroladas taxas de inflação; pela não implantação de uma política industrial e, conseqüente, manutenção de baixos níveis de investimento; e por movimentos de STOP & GO nas taxas de crescimento do PIB e dos grandes setores econômicos"¹⁰.

Esse desempenho foi resultado do ajustamento da economia à crise internacional, no começo da década. A questão da dívida externa se tornaria recorrente nestes anos, sobretudo após o choque das taxas de juros patrocinada pela reversão da política monetária americana em 1979 e

¹⁰ CACCIALALI, Maria C. - "Informalização Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro", Texto para Discussão n.19, Ministério do Trabalho, nov. de 1989

reforçada pelo colapso definitivo do sistema internacional de crédito depois da moratória mexicana em 1982. A elevação das transferências reais de recursos para o exterior, através de vultuosos superávits comerciais induzidos pela política econômica, inverteria o papel tradicional dos países centrais de financiarem o desenvolvimento, gerando processos de crise fiscal e inflação crônica.

A economia brasileira foi submetida ainda, entre 1986 e 1989, a três choques de congelamento de preços, sem que medidas complementares para combater as causas primordiais do processo inflacionário tivessem sido tomadas. Essas estratégias foram insuficientes e desgastaram-se ao longo do tempo, visto que, após o Plano Cruzado, o retorno aos níveis de inflação pré-choque passam a ocorrer em períodos cada vez menores.

Contudo, não é possível se falar nos anos 80 como uma tendência linear para o desempenho da economia, uma vez que esta teve um comportamento instável ao longo do período. Com base nas diferentes conjunturas econômicas vividas na década, pode-se dividi-la em 4 subperíodos: 1981-83, crise aguda; 1984-86, recuperação; 1987-89, estagnação; e 1990-91, nova recessão.

O período de 1981 a 1983 foi marcado por uma enorme crise econômica e social, com quedas intensas e generalizadas dos níveis de atividade, emprego e renda. Esta crise teve suas origens na conjuntura econômica

internacional, mas foi bastante agravada por uma política econômica explicitamente recessiva, que foi a forma de ajustamento passiva da economia nacional à situação externa.

A partir de 1984, reverte-se aquela situação anterior. Assiste-se a uma conjuntura de significativo crescimento econômico, que dura pelo menos até 1987.

A recuperação se deu inicialmente através das exportações, graças a uma conjuntura internacional extremamente favorável. Os elevados níveis de capacidade ociosa herdados da crise, juntamente com o esforço exportador induzido pela política econômica recessiva, permitiram uma elevada expansão do produto. Esse crescimento econômico, gerado pelas exportações, permitiu a recomposição do mercado interno, a partir de 1985, resultando na recuperação dos níveis de emprego.

O movimento de expansão do produto trouxe consigo o recrudesimento do processo inflacionário, que impôs a necessidade de adoção de um plano econômico visando o seu combate. O Plano Cruzado, ao conseguir combater a inflação mantendo o crescimento, trouxe uma conjuntura econômica privilegiada para o mercado de trabalho no ano de 1986, com elevações substanciais nos níveis de emprego e renda em todo o país.

Porém, a partir de 1987, desarticula-se aquela trajetória de recuperação parcial da economia, resultando em sucessivas quedas do nível de atividade e retorno da

inflação. Com isso, reverterem-se as evoluções favoráveis dos níveis de emprego e renda.

Os anos de 1987 a 1989 são marcados pela estagnação econômica, com melhoras momentâneas dos níveis de atividade e emprego nos períodos logo após a adoção dos Planos Bresser e Verão. Tais planos, assim como outras medidas adotadas, se revelaram inúteis tentativas de combate a inflação, que em 1989 tendia ao processo hiperinflacionário.

Neste período também ocorreu uma evolução forçada dos mercados de trabalho, que parecia apontar para uma queda dos níveis de emprego. Contudo, no final de 1989, registra-se surpreendentemente uma taxa de desemprego no patamar mais baixo da segunda metade da década.

Finalmente, a partir de 1990, a economia mergulha numa nova recessão, desta vez ainda mais grave que a do início da década, com violentas quedas nos níveis de atividade, emprego e renda. Verificou-se assim, neste último período, um ajustamento drástico dos mercados de trabalho, sem paralelo na história do país, principalmente pela explosão do desemprego.

Observando-se as taxas médias de crescimento do PIB, para cada subperíodo, evidencia-se a instabilidade da trajetória econômica brasileira nos anos 80.

No período de crise, entre 1981 e 1983, as taxas anuais de variação do PIB total e industrial foram de, respectivamente, -2,4% e -5,6% a.a., para o conjunto da economia brasileira. Os anos de recuperação não só

reverteram aquele desempenho negativo como também geraram taxas relativamente elevadas de crescimento, da ordem de 6,9% e 8,6%. A fase de estagnação, entre 1987 e 1988, apresentou taxas anuais de 2,4% e 0,1%, para o PIB total e industrial brasileiros, respectivamente. Finalmente, com a atual recessão, no início dos anos 90, caem ainda mais as taxas médias de variação do PIB total e industrial: -1,2% e -4,8% respectivamente, entre 1989 e 1991.

A partir desse ponto, dividiremos este capítulo em duas partes: a primeira com uma análise do comportamento do mercado de trabalho nos anos 80, para todo o Brasil, e, a segunda, com uma análise específica para o estado de São Paulo.

Esta divisão justifica-se pelo fato do estado de São Paulo ser a região mais desenvolvida, e conseqüentemente com enorme influência no restante do país, além de ter apresentado, na década de 1980, maiores alterações em seu mercado de trabalho quando se compara com o conjunto do país. Outro motivo é a menor heterogeneidade do objeto de análise, uma vez que o conjunto do país tem gigantescas disparidades regionais, que uma análise global certamente esconde.

1-Brasil

Na década de 1970, dois segmentos da atividade econômica - a indústria de transformação e a construção civil - tiveram um papel determinante no padrão de crescimento do emprego urbano daqueles anos. De um total de 13,2 milhões de ocupações criadas naquele período, a Indústria de Transformação respondeu por 4,1 milhões e a Construção Civil por 1,4 milhão ¹². Com isso, esses dois setores de atividade juntos criaram 42% do total de novos postos de trabalho gerados no período.

Portanto, a indústria e a construção civil tiveram um papel fundamental no acentuado dinamismo da geração de empregos no período de 1955 a 1980, quando a economia brasileira passou por um processo muito rápido de transformações. A ruptura desse processo de transformações estruturais rápidas, na virada dos anos 80, ao comprometer o dinamismo da indústria de transformação e da construção civil, estancou uma parte essencial do núcleo de geração de empregos para a economia brasileira.

O comportamento da estrutura ocupacional brasileira na década de 1980 reflete a perda de dinamismo desses dois setores. " Segundo as estimativas ajustadas da PNAD realizadas a partir das variações da população total captadas pelos Censos Demográficos de 1980 e 1991, a

¹² Dados extraídos da publicação "Estatísticas Históricas do Brasil", Séries Estatísticas Retrospectivas, v.3, IBGE, RJ, 1986.

população ocupada não agrícola nacional cresceu, entre 1981 e 1989, em 12,7 milhões de pessoas, sendo que a Indústria de Transformação respondeu por 2,4 milhões e a Construção Civil por apenas 0,4 milhão. Com isso, a participação conjunta desses dois segmentos diminuiu de 42% das novas ocupações criadas na década de 70 para apenas 22% na década passada¹³.

Entretanto, é preciso ressaltar que a queda da Indústria de Transformação concentrou-se principalmente na região Sudeste, especialmente no estado de São Paulo, que é o espaço geográfico que reúne parte ponderável desta atividade produtiva. Já o que ocorreu com a Construção Civil foi diferente. Esta apresentou taxas de crescimento do produto e da ocupação insignificantes, quando não negativas, ao longo de boa parte da década, que implicaram na queda de sua participação na ocupação não agrícola em todo o território nacional e numa magnitude superior àquela da Indústria de Transformação. Foram atingidos desde o sudeste desenvolvido até a região nordestina.

Assim, nos anos 80, o setor secundário apresentou, de forma geral, um baixo desempenho ocupacional, produto da retração da atividade econômica que marcou o início e o final da década.

Por sua vez, o setor terciário mostrou grandes níveis de crescimento generalizado nos anos 80, inclusive no

13 BALTAR, Paulo E. A.; DEDECCA, Claudio S. & HENRIQUES, Wlêns - "O Comportamento da Estrutura Ocupacional Brasileira nos 80", Relatório de Pesquisa, Convênio SEADE/UNICAMP, junho de 1992, versão preliminar.

subperíodo de crise. Desta forma, o mau desempenho do setor secundário, em termos de geração de empregos, foi contrabalançado pelo terciário, com destaque para a Administração Pública, as Atividades Sociais e o Comércio de Mercadorias.

O aumento da participação relativa do Comércio de Mercadorias na ocupação não agrícola estendeu-se por todo o país, devendo ter sido induzido pela continuidade do processo de urbanização do país. Já as atividades de administração pública e sociais tiveram grande ampliação do seu peso, principalmente nas regiões Nordeste, Norte, Centro-Oeste e estado de São Paulo. Com isso, o comportamento da ocupação nestas atividades impediu uma maior deterioração do nível global de ocupação, cumprindo em alguns casos o papel de uma verdadeira política de emprego.

Cresceu também o peso da prestação de serviços, principalmente os serviços de Alojamento e Alimentação, Reparo e Conservação e Auxiliares e Técnicos, que também devem estar atrelados à continuidade do processo de urbanização.

Em suma, o setor terciário mostrou, na década de 1980, expressivas condições de geração de emprego. Entretanto, segundo A.R. Arias, é possível que, por trás desse crescimento, esconda-se um forte aumento de atividades informais e queda na produtividade. Contudo, o mais importante é que o setor terciário teve condições de dar oportunidades de trabalho, mesmo que em parte informal e de

baixa produtividade, a grandes contingentes de pessoas que não encontrariam emprego no secundário e no primário.

" Esse papel de amortecedor, nos momentos de crise da economia, levanta dúvidas em relação às preocupações sobre o quadro ocupacional futuro, cabendo indagações se elas deveriam restringir-se exclusivamente aos aspectos quantitativos. Ao que parece, a qualidade das ocupações vai passar a ter importância bem maior do que a historicamente concedida ao tema ¹⁴.

Em síntese, as principais mudanças na estrutura ocupacional nacional, segundo setores de atividade, nos mostra uma interrupção das tendências do emprego dos anos 70, devido à perda da capacidade sustentada de geração de empregos da Indústria de Transformação e da Construção Civil.

Na década de 1980, a crise do setor industrial faz emergir a preocupação quanto a possibilidade de reversão da tendência anterior, através de uma eventual desinstitucionalização do mercado de trabalho. Portanto seria importante averiguar se as mudanças na estrutura setorial de ocupações significaram uma reversão do processo de assalariamento e formalização crescente dos contratos de trabalho, que marcou os anos 70. Uma primeira aproximação a essa questão é o exame do comportamento da distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação.

14 ÁRIAS, Afonso & THEODORO, Mário - " Cenários de Emprego e Renda no Brasil até o Ano 2000", in IPFA/IPLAN, Para a Década de 1990: Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas - População, Emprego, Desenvolvimento Urbano e Regional, v.3, Brasília, 1989.

Uma análise, segundo posição na ocupação, feita por P.E. Baltar et alii para todo o Brasil, entre 1981 e 1989, mostra uma certa estabilidade do peso do trabalho assalariado entre os ocupados não agrícolas. Esse comportamento assemelha-se ao ocorrido na década de 1970. Aliás a participação dos assalariados na estrutura ocupacional não agrícola brasileira é elevada desde pelo menos 1950.

Contudo, nos anos 80, ocorreu uma redução do peso do trabalho assalariado com carteira assinada entre os assalariados não agrícolas do setor privado. Como contrapartida, aumentou a participação do assalariamento sem carteira, pelo menos até 1987. Com isso, a crise dos anos 80 interrompeu uma tendência anterior de formalização dos contratos de trabalho, que vinha ampliando os direitos trabalhistas e previdenciários no conjunto do mercado de trabalho urbano.

O trabalho por conta-própria praticamente não alterou sua participação relativa na ocupação não agrícola, considerando-se o início e o fim do período citado. Ocorreram apenas pequenos aumentos entre 1981 e 1983 e entre 1986 e 1987, que foram compensados por uma queda em 1989, atingindo assim, neste último ano, uma percentagem pouco inferior a 1981.

Os trabalhadores sem remuneração mantiveram sua pequena participação, enquanto os empregadores cresceram, principalmente entre 1987 e 1989.

Conclui-se, de acordo com os autores, que apesar do crescimento do assalariamento sem carteira de trabalho assinada, não houve na década de 1980 (até 1989, que é o período considerado) uma mudança muito significativa no perfil global da estrutura ocupacional não agrícola por posição na ocupação, se tomado o país como um todo.

Porém, apesar de não se verificarem alterações expressivas na estrutura ocupacional urbana por posição na ocupação, no período, há indícios de que houve a interrupção de um processo de estruturação do mercado de trabalho, gestado em décadas passadas, e que dava a essa estrutura um perfil mais acentuado no trabalho assalariado com carteira assinada.

A principal mudança observada, como já se disse, foi a queda do emprego com carteira assinada. Esta queda foi compensada, em parte, pela geração de empregos com carteira no funcionalismo público e nas atividades sociais. Teme-se porém pelo estancamento dessa fonte alternativa de empregos, uma vez que a capacidade de gasto do Setor Público está cada vez mais comprometida pela crise econômica.

Entretanto, é importante observar que estas conclusões a que chegam os autores decorrem de uma opção metodológica, pela qual eles fazem uma análise das PNADs da década de 1980, tomando como base o ano de 1981, o que atenua parte da

queda relativa do emprego industrial nos anos 80 e o próprio processo de terciarização da estrutura ocupacional. Se for utilizado como base de comparação o ano de 1979, há uma queda nítida do peso da indústria de transformação na ocupação não agrícola.

Outro problema advém de se restringir a análise até 1989. Com isso não se revelam as significativas modificações na estrutura ocupacional por posição na ocupação decorrentes da nova recessão de 1990-91. Agora observa-se um grande aumento do desemprego e do peso do trabalho por conta-própria, ao lado de uma significativa queda do emprego assalariado, tanto com quanto sem carteira assinada, o que problematiza aquelas conclusões acima.

Apesar da estrutura ocupacional brasileira por posição na ocupação ter conseguido se manter na década passada, até 1989, o mesmo não se pode dizer sobre a evolução dos rendimentos. Houve, nos anos 80, uma queda pronunciada do nível de renda urbana, associada ao modo como a economia adaptou-se ao contexto internacional.

Um estudo feito por M.C. Cacciamali sobre a evolução dos níveis de rendimento, para o conjunto do país, com base nas PNADs entre 1979 e 1987, mostra um quadro pouco animador.

Considerando-se o período como um todo, o nível médio do total das remunerações perdeu cerca de 10% do poder aquisitivo, sendo que os empregados, com e sem carteira assinada, foram aqueles que apresentaram as maiores perdas.

9% e 7%, respectivamente. A situação é diversa porém analisando-se as diferentes conjunturas econômicas vividas ao longo da década.

Logo após a recessão de 1983, ocorre uma recuperação dos rendimentos reais, quase na mesma proporção, tanto para os empregados com carteira de trabalho assinada como para os trabalhadores por conta-própria. O mesmo não se dá para os empregados sem carteira assinada, cujo nível médio de rendimento praticamente não se alterou.

No ano de 1986, que foi atípico devido ao Plano Cruzado, todas as categorias obtiveram fortes acréscimos reais em seus níveis de rendimento, com destaque para os trabalhadores autônomos e, apenas nesse ano, para os empregados sem carteira assinada. Porém, esse aumento foi corroído pela inflação de 1987. Mesmo assim, todas as categorias apresentaram, em relação ao ano de 1985, aumentos reais entre 14% e 17%.

Por fim, se for tomado o período de 1983 a 1987, observa-se que os empregados com carteira assinada e os trabalhadores por conta-própria apresentaram aumentos médios nos níveis de rendimento da ordem de 28% e 29%, respectivamente, enquanto os empregados sem carteira apresentaram apenas 13%.

Com o que foi apresentado, é possível verificar que os rendimentos médios, ao longo do ciclo econômico, dos trabalhadores com carteira e dos autônomos movem-se na mesma direção das variações do nível de atividade.

Uma análise das variações da "massa salarial" das três principais categorias de posição na ocupação também mostra resultados interessantes.

A massa de rendimentos dos assalariados com carteira assinada reagiu de forma direta e mais sensível aos movimentos do ciclo econômico do que as demais categorias. A massa de salários, no período de recessão econômica (1979-1983), caiu bruscamente (-26,53%), acompanhada pelo salário médio (-29,16%). Ou seja, as firmas tipicamente capitalistas ajustaram os níveis de emprego e salário em busca da manutenção dos níveis médios de produtividade do trabalho. Após a crise, a massa salarial cresce junto com o nível de atividade econômica, principalmente, no período de recuperação, pelo lado do aumento do nível de emprego.

Quanto à renda total dos trabalhadores por conta-própria, esta caiu menos na recessão e cresceu praticamente à mesma taxa nos períodos de recuperação e estagnação. Isso ocorreu devido ao menor crescimento relativo no número de ocupados e do maior aumento relativo do rendimento médio. Este fato expressa o espaço econômico associado a esse tipo de trabalhador (cerca de 23% do total da PEA) e as possibilidades de melhores níveis médios de renda nos períodos não recessivos.

Finalmente, a massa de rendimentos dos empregados sem carteira de trabalho assinada foi a que menos caiu na recessão, e menos aumentou nos anos subsequentes. A explicação é que, na época da recessão, ocorreu um grande

aumento no número desses empregados (que passam de 23% para 25% do total da força de trabalho), o que poderia indicar uma fuga dos empregadores no que se refere aos encargos trabalhistas. No período entre 1983 e 1985, ocorreu uma ligeira queda nos níveis de rendimento médio e elevada expansão do emprego, o que provavelmente está a refletir tanto a absorção de trabalhadores com baixa qualificação, dado o aumento do nível de atividade, como expectativas pessimistas dos empregadores para assumir encargos trabalhistas. Entre 1985 e 1987, não houve um substancial crescimento do emprego sem carteira, o que permitiu o aumento dos níveis médios de rendimento.

É importante ainda chamar a atenção para os diferenciais de rendimento real do trabalho, entre 1979 e 1987, para as três categorias de posição na ocupação. Enquanto os assalariados com carteira assinada obtêm níveis de rendimento entre 15% e 17% acima da média geral, os trabalhadores por conta-própria percebem níveis simetricamente abaixo da média, com exceção dos anos de 1986 e 1987, quando o diferencial diminuiu a favor dos autônomos. Por outro lado, as remunerações dos empregados sem carteira de trabalho assinada atingem níveis médios quase 50% abaixo da média geral, 65% menores que dos empregados legalizados e em torno de 40% menores que dos trabalhadores por conta-própria.

Destaca-se assim a melhor situação dos assalariados com carteira assinada, cerca de 41% da força de trabalho do

saís. Este fato torna-se mais gritante quando se adicionam as vantagens pecuniárias do contrato legal de trabalho. Em contraste, o emprego sem contrato legal de trabalho mostra-se como o segmento com piores condições gerais de trabalho e rendimento.

2-São Paulo

Segundo um estudo de C.S. Dedecca e C.A. Pacheco, baseado nas informações da PNAD, a evolução da distribuição da PEA não agrícola na Região Metropolitana de São Paulo, entre os anos de 1981 e 1988, mostra que com o aprofundamento da crise econômica em 1983 dá-se uma queda do peso do emprego com carteira de trabalho assinada, que é compensada pela ampliação relativa do desemprego aberto, do trabalho por conta-própria, do emprego privado e público, sem carteira assinada, e do emprego doméstico sem carteira de trabalho.

Entre 1983 e 1985, com a paulatina queda do desemprego, recupera-se a participação do emprego particular, tanto com como sem carteira de trabalho assinada. Com a recuperação, a partir de 1985, continua a crescer o peso do trabalho assalariado, principalmente com carteira assinada, fazendo diminuir sucessivamente as taxas de desemprego e reduzindo o peso do emprego doméstico. Já o trabalho autônomo mostrou uma estabilidade de sua

participação entre 1983 e 1987, apresentando pequena elevação durante 1988.

O interior do estado de São Paulo apresentou, por outro lado, uma maior estabilidade da distribuição da população economicamente ativa no período. Não se verificou naquela região uma significativa expansão do desemprego aberto, mesmo na época da crise. A queda do trabalho assalariado no setor privado, entre 1981 e 1983, foi compensada por pequenos incrementos do emprego público, do emprego doméstico e do trabalho por conta-própria.

A partir de 1983 caem ainda mais as taxas de desemprego, juntamente com a redução do emprego doméstico. Isso se deveu a novos aumentos do emprego público e à expansão dos empregados particulares, predominantemente com carteira de trabalho assinada. Só no ano de 1988 é que verifica-se um crescimento do emprego privado sem carteira, no interior do estado.

O desempenho mais favorável do interior do estado, em relação à região metropolitana, na década, pode ter sido decorrente de sua maior integração com a base agrícola e da ampliação das exportações, especialmente da agroindústria, além do processo de deslocamento da indústria metropolitana em direção ao interior.

Conforme o artigo citado³⁰, que foi escrito no início de 1990 e portanto antes das transformações ocorridas com a nova recessão, pode-se dizer que, face às dimensões da crise do início da década e à estagnação após 1986, as alterações

na distribuição do emprego por posição na ocupação, no estado de São Paulo, não foram muito pronunciadas até o ano de 1989.

Porém, a partir de 1990, com a nova recessão, esse quadro muda bastante. Ocorre, já naquele ano, uma queda no percentual de empregados, tanto com como sem carteira assinada. Esta queda foi acompanhada da elevação do desemprego e por uma significativa ampliação do percentual de conta-própria.

As alterações importantes na distribuição do emprego por posição na ocupação, na Grande São Paulo, foram decorrentes da redução do peso dos empregados com carteira de trabalho assinada na indústria de transformação, que cai de 28,5% para 27,2% entre 1981 e 1988. Em contrapartida, deu-se um aumento da participação do emprego com carteira no comércio de mercadorias e na prestação de serviços, que passam, respectivamente, de 5,8% para 6,7% e de 5,1% para 5,8%, no mesmo período.

Assim, o ajuste setorial ocorrido na metrópole paulista, com a queda do peso da indústria de transformação e simultânea expansão do setor terciário, provocou, por um efeito composição, uma alteração na distribuição por posição na ocupação, no sentido da redução do peso do assalariamento com carteira e maior participação do assalariamento sem carteira e dos autônomos.

" Como o assalariamento e também o vínculo jurídico do registro em carteira são mais frequentes na indústria, comparativamente à grande maioria dos serviços, a redução do peso do trabalho industrial implicou, por si só, no aumento da participação do emprego sem carteira e de outras formas que não o assalariamento "15.

Reforçando essas idéias, uma análise de C.A. Pacheco¹⁶, segundo setor de atividade, com base nos dados das PNADs, mostra, como foi dito, que a indústria de transformação perdeu participação relativa no emprego urbano entre 1980 e 1989, na Região Metropolitana de São Paulo. Em contrapartida, o terciário teve uma performance extraordinária no período, sendo responsável por quase todas as novas ocupações da década. Com isto, verificou-se uma intensa terciarização da estrutura ocupacional metropolitana, sendo que o crescimento das atividades terciárias se deveu principalmente ao desempenho do comércio de mercadorias, da prestação de serviços e das atividades sociais.

A diminuição do peso do emprego industrial remonta a 1981, em razão da crise. Porém ela repercute inicialmente mais na elevação do desemprego. Com a nova queda do emprego industrial, entre 1981 e 1983, de novo aumenta o desemprego, mas desta vez também com aumento do peso do emprego nos

15. PACHECO, Carlos A., "A Terciarização dos 80s: De Tudo um Pouco", in São Paulo em Perspectiva, SEADE, vol. 6, n.3, S. Paulo, jul/set 1992.

serviços. Só com a recuperação do nível de atividade, no meio da década, é que reduz-se o desemprego, com o paulatino aumento do emprego no terciário e até na indústria. Já nos anos finais do decênio, até 1989, o aumento da PEA é absorvido quase que exclusivamente no terciário. Porém, já em 1990, ocorre novo aumento do desemprego aberto.

Com relação ao comportamento dos rendimentos do trabalho, na Região Metropolitana de São Paulo, pode-se dizer, segundo um estudo de M.C. Cacciamali, o seguinte: Assim como para o restante do país, mantêm-se a hierarquia dos rendimentos, ou seja, o salário médio dos empregados com carteira é superior à renda média dos trabalhadores autônomos, que por sua vez é superior às remunerações dos empregados sem registro em carteira. Porém, nesta região, essas diferenças de rendimentos entre as diversas categorias de posição na ocupação são menores do que quando é tomado o país como um todo.

Outro fato peculiar é que os trabalhadores por conta-própria vem acumulando aumentos significativos, desde 1985, em seus rendimentos, bem superiores aos dos salários médios. Uma possível explicação para isso é a flexibilidade que esse tipo de trabalhador tem para fixar o preço dos respectivos bens ou serviços num período de inflação, o que elevaria sua renda média.

Finalmente, os salários dos empregados clandestinos têm acumulado maiores ganhos médios frente aos empregados registrados. Este fenômeno deve estar vinculado à prática,

pós 1985, de contratar empregados sem registro em carteira para fugir dos encargos trabalhistas, tendo em vista expectativas incertas na economia.

Apesar do expressivo desempenho do setor terciário, no estado de São Paulo, este fenômeno não representou, pelo menos até 1989, um inchamento da estrutura ocupacional, através de uma ampliação do setor informal. Mais ainda, esta terciarização parece ter-se concentrado na RMSP, isto é, na região do estado mais afetada pela crise.

Portanto, "as mudanças na estrutura ocupacional do estado de São Paulo, segundo setor de atividade e região, devem ter sido determinadas fundamentalmente pela debilidade do setor industrial metropolitano quanto à geração de postos de trabalho, durante esta década"¹⁷. Porém, esse processo de terciarização não parece ter provocado uma transformação espúria da estrutura ocupacional metropolitana, no sentido de uma expansão do setor informal.

Outra questão importante que se coloca para a análise da evolução do mercado de trabalho paulista nos anos 80, diz respeito às baixas taxas de desemprego registradas, principalmente nos anos finais da década, até 1989, marcadas pela estagnação. Até aquele ano, a tendência principal era de redução do desemprego, que tinha sido elevado apenas

17 DEDECCA, Claudio S. & PACHECO, Carlos A. - "Mercado de Trabalho Não-Agrícola: Mitos e Realidade", in São Paulo em Perspectiva, FSEADE, 4(3/4) : 57-63, jul-dez 1990.

durante a crise de 1981-83, notadamente na RMSP. Porém, com a recessão de 1990-91, as taxas de desemprego voltam a elevar-se bastante, em todo o estado.

Isso talvez se explique pelos permanentes ajustes da taxa de participação no período até 1989. Assim, nos momentos de queda do nível de ocupação, deu-se um movimento simultâneo de redução da taxa de participação e, conseqüentemente, da taxa de crescimento da PEA. Desta forma, as quedas no nível de ocupação impactaram relativamente menos sobre a taxa de desemprego. Mas o motivo mais importante, na realidade, foi o baixo crescimento da população da área metropolitana, revelada pelo censo de 1991.

Em síntese, com base nos autores citados, pode-se dizer que o desempenho instável da economia na década de 1980 resultou numa mudança significativa na estrutura ocupacional regional do estado de São Paulo, caracterizada por uma ampliação do peso relativo da ocupação pertencente ao setor terciário. Não obstante, até 1989, esse " processo de terciarização parece não ter correspondido a uma grande mudança na estrutura ocupacional por posição na ocupação, no sentido de um forte aumento da importância relativa do trabalho autônomo ou mesmo do assalariamento sem carteira assinada, que poderia caracterizar um processo de informalização clássico "10

10 DEBECCA, Claudio S. & PACHECO Carlos A., op. cit., 1990.

O que foi dito acima é válido até 1989. Contudo, a nova recessão a partir de 1990, que se mostra mais grave que a anterior, provocou alterações, desta vez bastante significativas, no mercado de trabalho metropolitano. Deu-se uma elevação do percentual de autônomos e do emprego doméstico, além de forte aumento nas taxas de desemprego, nos anos de 1990 e 1991. Até que ponto esse novo processo poderia indicar uma informalização da estrutura ocupacional metropolitana ainda é uma incógnita.

Por fim, para se dissiparem eventuais dúvidas e termos uma idéia mais global da evolução da estrutura de ocupações da Região Metropolitana de São Paulo, seria interessante acompanhar, de forma sistemática, a trajetória da distribuição da população ocupada, segundo posição na ocupação, ao longo de toda a década, até 1991.

Como contraponto da trajetória instável da economia nos anos 80, com suas diferentes conjunturas, pode-se dividir a evolução da estrutura ocupacional paulista em 4 subperíodos:

Inicialmente, no período de 1979 a 1983, verificou-se uma queda acentuada no percentual de empregados com carteira assinada, que foi compensada principalmente por expressivo aumento dos empregados sem carteira e do desemprego aberto.

Entre 1983 e 1986, ocorreu uma grande redução do desemprego, basicamente através da elevação do percentual de assalariados com carteira, sem grandes alterações no peso dos empregados sem carteira ou conta-própria.

De 1986 a 1989, o desemprego mantém-se num baixo patamar, e o movimento mais importante é de mudança na composição do assalariamento, através da expansão dos empregados com carteira substituindo os sem carteira.

Finalmente com a nova recessão de 1990/1991, tem-se uma queda no percentual de empregados, agora tanto daqueles com carteira como dos sem carteira assinada. A contrapartida foi a elevação do desemprego, além de uma significativa ampliação do percentual de conta-própria.

Portanto conclui-se que com a nova recessão, a partir de 1990, é que verifica-se de fato uma significativa deterioração da estrutura ocupacional por posição na ocupação, a qual ainda era motivo de alguma controvérsia até então, como procura-se mostrar no capítulo seguinte.

C A P Í T U L O 3 - Os Ajustes dos mercados deTrabalho de São Paulo e Rio de Janeiro na Década de 1980

A década de 1980 presenciou uma forte terciarização da estrutura ocupacional de quase todas as maiores metrópoles brasileiras. Confirmando essa tendência, nas áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro verificou-se uma diminuição do peso relativo do emprego na indústria de transformação e na construção civil, que teve como contrapartida um aumento da participação relativa das ocupações do setor terciário no total do emprego urbano.

Com a violenta queda nos níveis de atividade e ocupação da indústria, no início e fim da década, e a estagnação da construção civil durante quase todo o período, temia-se que as taxas de desemprego pudessem atingir patamares extraordinariamente elevados. Mais tarde constatou-se, de forma surpreendente, que isso só não ocorreu, principalmente entre 1984 e 1989, devido à performance do terciário, pois

não se imaginava que este setor fosse capaz de gerar tantas novas ocupações nos anos 80.

Através da análise do Censo Demográfico de 1980 e das PNADs de 1979 e de anos selecionados da década de 1980, é possível verificar que o acréscimo das atividades terciárias no Rio de Janeiro se deu fundamentalmente no comércio de mercadorias e na prestação de serviços. Em São Paulo, além da prestação de serviços e do comércio, destacam-se também as atividades sociais. Assim, estes três segmentos do terciário foram responsáveis pela maior parte do crescimento do emprego nestas duas áreas metropolitanas.

Contudo, isto ainda diz pouco sobre a natureza da terciarização ocorrida nas metrópoles. A razão é a heterogeneidade interna do comércio e da prestação de serviços. "No comércio incluem-se tanto assalariados das redes mais modernas de comercialização, quanto pequenos proprietários, ambulantes ou outros trabalhadores por conta-própria. Na prestação de serviços incluem-se tanto empregados domésticos como trabalhadores de empresas de consultoria"²⁴.

Uma forma de contornar este problema, e qualificar o crescimento do setor terciário, bem como o próprio comportamento do emprego agregado, é retomar uma metodologia desenvolvida no Instituto de Economia da UNICAMP ao final da

²⁴ Pacheco, C. A., "A terciarização dos 80s: De Tudo um Pouco", op. cit., 1992.

década de 1970. Esta metodologia consiste em comparar inquéritos domiciliares com pesquisas de estabelecimentos, utilizando-se da classificação por setor de atividade para construir uma proxy da evolução das ocupações dos setores organizados da economia e dos setores não organizados.(27)

é interessante observar que o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos recenseados pelos censos econômicos (industriais, comerciais e de serviços) é bem menor que o número de pessoas ocupadas, estimadas pelas pesquisas domiciliares. O motivo é que apenas as pessoas que trabalham nos estabelecimentos recenseados são registradas como ocupadas no setor, enquanto que as pesquisas domiciliares tendem a cobrir todo o universo de pessoas ocupadas, seja qual for a natureza da atividade, através de uma estimativa tirada de uma amostra de domicílios, com base na informação declarada pelas pessoas pesquisadas.

Desta forma, "esta metodologia tem uma grande vantagem frente a outras classificações alternativas. Isto deriva do fato que os censos de estabelecimentos apreendem, grosso modo, o conjunto das atividades organizadas em moldes capitalistas. Em contrapartida, as pesquisas domiciliares cobrem todas as formas de relação de trabalho, qualquer que seja sua natureza"²⁶. Assim, subtraindo-se do que seria o número total de pessoas ocupadas, estimado pelas pesquisas domiciliares, o número de pessoas recenseadas pelas pesquisas de estabelecimentos, obtêm-se um resíduo, o qual

²⁶ idem

tenderia "a refletir as ocupações do que se convencionou chamar de segmento não organizado da economia"²⁷.

Porém, é importante observar que na metodologia adotada a classificação organizado/não organizado é feita apenas para alguns setores: indústria de transformação, comércio de mercadorias e prestação de serviços. O motivo é que apenas nestas três atividades o referido resíduo tem uma dimensão relevante para a metodologia. Nos demais setores, o peso das atividades não organizadas é pequeno, não compensando fazer a divisão entre organizado e não organizado. Assim, para os anos de 1980 e 1985, os valores adotados para o emprego organizado na indústria de transformação, no comércio de mercadorias e na prestação de serviços são derivados da compatibilização realizada pelo IBGE entre os censos de estabelecimentos destes anos. Para estimar o emprego organizado destes setores, os valores dos censos de 1985 foram projetados para 1990, com base nos índices de emprego formal da lei 4923/65 do Ministério do Trabalho. Convém ressaltar ainda que "o terciário não organizado é a soma de dois resíduos: em primeiro lugar, a diferença entre a prestação de serviços das pesquisas domiciliares (inclusive serviços auxiliares da atividade econômica) e o censo de serviços; em segundo, a diferença entre o comércio de mercadorias também das pesquisas domiciliares e seu respectivo censo de estabelecimentos. Todas as demais atividades terciárias medidas por estatísticas domiciliares

²⁷ idem

são tratadas como organizadas: Transportes e Comunicações, Atividades Sociais, Administração Pública e Outras Atividades"28.

Contudo, convém advertir que mesclar duas fontes de dados tão distintas, como as PNADs e os censos de estabelecimentos, incorre numa série de problemas metodológicos. A compatibilização de censos de mesma natureza muitas vezes já é problemática. No caso, " as diferenças metodológicas entre censos de estabelecimentos e domiciliares, como datas de referências, variação dos limites de cobertura das pesquisas por estabelecimentos, diferenças nas definições dos setores de atividade e de ocupação, tendem a problematizar este procedimento(...). Por fim, uma comparação desta natureza exige que se estabeleça uma base de números absolutos para a PEA por setor de atividade, o que envolve outro conjunto de dificuldades metodológicas"29.

Mesmo assim, as vantagens desta metodologia para se ter uma compreensão geral sobre a natureza das transformações do mercado de trabalho e tentar quantificar de forma aproximada como evoluíram os setores organizados e não organizados, mais do que compensam os riscos da análise, sendo mais útil que muitos dos cortes setoriais ou análises acerca das categorias de posição na ocupação, que fazem parte dos inquéritos domiciliares. Na verdade, este é um dos poucos

28 idem

29 idem

recursos possíveis para avaliar a repercussão da trajetória errática da economia na década de 1980 sobre a deterioração do mercado de trabalho urbano.

Outra vantagem desta metodologia é que ela permite estimar em termos quantitativos, ainda que de forma aproximada, o tamanho do setor "informal", agora denominado setor não organizado. Sem dúvida, este procedimento é bem melhor que outras tentativas de definir o setor informal através de categorias de posição na ocupação, ou mesmo critérios de renda, que longe de qualificar a natureza distinta da organização da produção do setor, frente ao trabalho assalariado capitalista, apenas confundem estas diferenças.

Contudo, a denominação setor não organizado não é equivalente a de setor informal. É preciso evidenciar que restringir o informal à pequena produção mercantil, no conceito de trabalho por conta-própria, como faz Cacciari, não apreende a heterogeneidade dos setores não organizados. Na verdade, a difusão das relações de assalariamento, a partir do comportamento dinâmico dos mercados formais da economia, em conjunto com a urbanização, tendem a transformar todas as rendas em relações similares aos salários, tal como no limite ocorre com o trabalho doméstico remunerado. As determinações destas rendas, embora distintas, são assim tomadas como análogas à determinação dos salários, numa aproximação que faz desaparecer a especificidade destes segmentos.

As tabelas 1 e 2 foram construídas de acordo com a metodologia descrita acima, levando em conta os setores organizados e não organizados da economia. Assim, através delas, é possível apreender, de certa forma, qual foi a natureza deste terciário que respondeu pela maioria das novas ocupações da década, bem como verificar em que segmentos se deu a queda no secundário.

TABELA 1
EMPREGO ORGANIZADO E NÃO ORGANIZADO POR SETOR DE ATIVIDADE
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1980 - 1985 - 1990

SETOR DE ATIVIDADE	DIST. PERC. (%)			TAXAS DE CRESCIMENTO		
	1980	1985	1990	80/85	85/90	80/90
Primário	0,8	0,6	0,4	-4,0	-3,9	-3,9
Secundário	44,2	36,5	36,0	-1,6	1,9	0,1
Ind.Transf.ORGAN.	31,2	25,6	24,7	-1,8	1,4	-0,2
Ind.Transf.NÃO ORG.	5,0	4,4	4,6	-0,7	3,1	1,2
Outras Ind.	1,1	1,1	0,9	1,0	-0,6	0,2
Constr. Civil	6,8	5,5	5,9	-2,0	3,5	0,7
Terciário	51,7	57,6	57,6	4,4	2,1	3,3
Comércio ORGAN.	8,3	9,6	11,1	5,1	5,1	5,1
Comércio NÃO ORG.	2,9	3,6	2,5	6,7	-4,6	0,9
Prest.Serv.ORGAN.	8,4	8,3	9,0	1,9	3,8	2,9
Prest.Serv.NÃO ORG.	11,7	14,1	14,1	6,1	2,1	4,1
Transp. e Comun.	4,9	4,3	4,9	-0,5	4,7	2,0
Atividades Sociais	6,9	8,0	8,3	5,5	2,7	4,1
Administ. Pública	3,1	3,4	3,4	3,9	1,9	2,9
Outras Atividades	5,4	6,2	4,4	5,0	-4,9	-0,1
Terciário ORGAN.	37,1	39,9	41,0	3,7	2,7	3,2
Terciário NÃO ORG.	14,6	17,7	16,6	6,2	0,9	3,5
TOTAL OCUPADOS	96,6	94,6	94,1	1,8	2,0	1,9
Procur. Trabalho	3,4	5,4	5,9	12,1	4,1	8,0
TOTAL PEA	100,0	100,0	100,0	2,2	2,1	2,2

FONTES: IBGE, Censos Econômicos e Demográficos, 1980, 1985 e 1991; PNADs de 1985 e 1990; Mtb, Lei 4923.

TABELA 2

EMPREGO ORGANIZADO E NÃO ORGANIZADO POR SETOR DE ATIVIDADE
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1980 - 1985 - 1990

SETOR DE ATIVIDADE	DIST. PERC. (%)			TAXAS DE CRESCIMENTO		
	1980	1985	1990	80/85	85/90	80/90
Primário	1,1	1,3	1,3	5,9	0,4	3,1
Secundário	28,0	24,1	22,8	-0,8	0,1	-0,4
Ind.Transf.ORGAN.	14,2	10,7	12,0	-3,4	3,5	0,0
Ind.Transf.NÃO ORG.	3,5	4,5	3,2	7,4	-5,7	0,7
Outras Ind.	1,7	1,7	1,4	1,8	-2,2	-0,2
Constr. Civil	8,5	7,1	6,2	-1,3	-1,8	-1,6
Terciário	66,6	69,5	71,5	3,2	1,7	2,4
Comércio ORGAN.	9,1	9,6	11,0	3,3	4,1	3,7
Comércio NÃO ORG.	2,6	3,0	3,3	5,0	3,3	4,2
Prest.Serv.ORGAN.	9,3	9,2	10,4	2,0	3,7	2,8
Prest.Serv.NÃO ORG.	16,0	19,8	18,4	6,7	-0,3	3,1
Transp. e Comun.	7,1	5,6	6,1	-2,3	2,7	0,2
Atividades Sociais	10,2	10,4	11,1	2,6	2,5	2,5
Administ. Pública	7,2	6,8	6,1	1,3	-1,1	0,1
Outras Atividades	5,0	5,1	5,1	2,7	1,4	2,0
Terciário ORGAN.	47,9	46,7	49,8	1,7	2,5	2,1
Terciário NÃO ORG.	18,6	22,8	21,7	6,5	0,2	3,3
TOTAL OCUPADOS	95,7	94,9	95,6	2,1	1,3	1,7
Procur. Trabalho	4,3	5,1	4,4	5,4	-1,6	1,9
TOTAL PEA	100,0	100,0	100,0	2,2	1,2	1,7

FONTES: IBGE, Censos Econômicos e Demográficos, 1980, 1985 e 1991; PNADs de 1985 e 1990; Mtb, Lei 4923.

Conforme mostram as tabelas, a distribuição percentual do emprego por setor de atividade, entre 1980 e 1990, indica que em ambas as metrópoles ocorreu uma queda do peso da indústria de transformação no emprego urbano, e revela que esta queda se deu precisamente nas atividades organizadas do setor industrial. Já a indústria dita não organizada praticamente não alterou seu peso no emprego urbano.

Podemos dizer a mesma coisa, nos termos da metodologia descrita, da seguinte forma: ocorreu uma redução relativa do emprego nos estabelecimentos registrados pelos censos industriais, ou estimados a partir destes por índices de emprego formal do Ministério do Trabalho. Por outro lado, o resíduo entre o emprego estimado pelas pesquisas domiciliares e aquele medido pelos censos de estabelecimentos manteve praticamente a mesma participação relativa, ente 1980 e 1990. Inclusive o pequeno aumento do emprego na indústria foi resultado exatamente de atividades não registradas pelo censo industrial, ou estimados a partir destes dados.

O setor terciário, como foi dito, teve um desempenho bastante expressivo tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, gerando a maioria das novas ocupações na década. Contudo, o processo de terciarização foi relativamente distinto em cada uma das duas metrópoles nos 80.

Na Região Metropolitana de São Paulo observa-se que tanto as atividades terciárias organizadas, como as não organizadas, cresceram ao longo destes anos em ritmos quase sempre superiores ao crescimento da PEA. Com isto, ambas ampliaram suas participações no total da ocupação urbana.

No Rio de Janeiro, apesar de também ocorrer um crescimento das atividades terciárias organizadas e não organizadas acima da PEA, as atividades não registradas nos censos de estabelecimentos apresentaram um crescimento

significativamente maior que aquelas registradas. Desta forma, a terciarização nesta região foi determinada principalmente pelo crescimento das atividades não organizadas ou não recenseadas pelas pesquisas de estabelecimentos.

Em São Paulo, o aumento do peso do terciário não organizado, entre 1980 e 1990,deveu-se sobretudo ao expressivo desempenho das atividades não organizadas da prestação de serviços, ou seja, verificou-se um crescimento do resíduo principalmente entre o emprego estimado pelas pesquisas domiciliares para prestação de serviços e aquele medido pelos censos de serviços³⁰. Assim, apesar de também ocorrer crescimento do emprego nas atividades comerciais não registradas pelo respectivo censo, aparentemente este fato não foi tão significativo como na prestação de serviços.

Já no Rio de Janeiro, verificou-se o contrário. O comércio dito não organizado cresceu mais que a prestação de serviços não organizada. Assim, naquela região, foram as atividades não organizadas do comércio as maiores responsáveis pelo expressivo crescimento do terciário não organizado, apesar do resíduo na prestação de serviços também ter crescido bastante.

Particularmente no caso de São Paulo, o comércio de mercadorias cresceu bastante nas atividades mais modernas.

³⁰ Esse crescimento da prestação de serviços não organizada pode estar superestimado em decorrência de utilizarmos, para 1980, os dados do Censo Demográfico, e para as demais datas as PNADs. A alternativa de adotarmos a PNAD de 1981 como base desta série traria outros problemas em função da recessão do início da década.

Isto pode ser constatado observando-se as elevadas taxas de crescimento das atividades organizadas, ou registradas nos censos comerciais, principalmente até 1989. Por oposição, o emprego no comércio não organizado apresentou taxas de crescimento muito baixas, quando não negativas, como entre 1985 e 1990³¹.

Subdividindo-se a década em dois períodos - 1980/85 e 1985/90 - surgem algumas questões interessantes.

É curioso observar que, tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, a ocupação no terciário não organizado cresce bastante apenas até meados da década. Na segunda metade da década, as atividades terciárias não organizadas mantêm-se num patamar elevado mas praticamente constante, com pequenas oscilações, de forma ligeiramente diferenciada entre Rio e São Paulo. Uma possível explicação para este fato foi o baixo crescimento demográfico, na segunda metade da década, no Rio de Janeiro e em São Paulo, que não pressionou tanto o mercado de trabalho.

No caso de São Paulo, o pequeno crescimento do terciário não organizado, entre 1985 e 1990, é decorrência quer do menor crescimento do resíduo na prestação de serviços, como da diminuição absoluta do resíduo no comércio de mercadorias³². Já no Rio de Janeiro, curiosamente, o

31 A redução absoluta do emprego no comércio não organizado, entre 1985 e 1990, é consequência do elevado crescimento do nível de emprego formal nos indicadores da lei 4923/65 entre estes anos.

32 Ver nota anterior

motivo foi o oposto, com diminuição da taxa de crescimento do resíduo no comércio e, surpreendentemente, redução absoluta do resíduo na prestação de serviços, na segunda metade da década.

No que se refere ao terciário organizado, Rio de Janeiro e São Paulo tiveram comportamentos opostos. Na RMSP, o terciário organizado cresceu mais na primeira metade da década, apresentando um crescimento a taxas um pouco menores, na segunda metade da década. Ao contrário, na RMRJ as taxas de crescimento das atividades terciárias organizadas são maiores na segunda metade dos 80.

Isto pode parecer incoerente com o que foi dito antes, a respeito do grande crescimento das atividades organizadas do comércio e dos serviços em São Paulo, até o final da década. Porém, o motivo para o menor crescimento do terciário organizado não foi o desempenho destas duas atividades citadas, que realmente cresceram muito, na segunda metade da década. A explicação está no desempenho desfavorável, no período 1985/90, do restante das atividades classificadas como organizadas, principalmente atividades sociais, administração pública e outras atividades. Assim estas acabam influenciando no crescimento do total do terciário organizado.

Por fim, o setor secundário apresentou taxas baixas, quando não negativas, nos dois subperíodos, em ambas as metrópoles.

Podemos concluir, pelo que mostram as tabelas, que a

terciarização das estruturas de emprego das duas principais áreas metropolitanas brasileiras foi relativamente distinta na década de 1980. Na RMSP a terciarização "foi resultado quer do crescimento das atividades modernas, organizadas na forma de empresas e registradas pelos respectivos censos de estabelecimentos, como também foi consequência da expansão de atividades que estes censos não assinalam. Nas atividades ligadas ao comércio, teria havido um predomínio do crescimento do primeiro conjunto de atividade, com o oposto ocorrendo para a prestação de serviços"³³. Já na RMRJ, que é uma região com problemas de estagnação crônica, houve uma tendência ao crescimento maior das atividades não organizadas. De forma geral, estas conclusões evidenciam, apesar das diferenças, uma significativa deterioração dos mercados de trabalho metropolitanos tanto em São Paulo quanto no Rio de Janeiro, nos anos 80.

Entretanto, essa metodologia, apesar das vantagens para se estabelecer uma visão das tendências de evolução dos setores organizados e não organizados, ainda é insuficiente para se ter uma idéia mais abrangente da deterioração dos mercados de trabalho metropolitanos. Isto porque ela não diz muito além da informação de que cresceram as atividades não organizadas, constatada no aumento do resíduo entre as pesquisas domiciliares e os censos de estabelecimentos. Se não há dúvida sobre o aumento do resíduo, resta o problema de qualificar a natureza deste resíduo.

33 Pacheco C. A., "A terciarização dos 80s: De Tudo um Pouco", op.cit., 1992.

Outro problema relativamente sério desta metodologia são os índices de emprego formal da lei 4923/65 do Min. do Trabalho, utilizados para estimar o emprego organizado entre 1985 e 1990, a partir dos valores dos censos de 1985. O crescimento do nível de emprego organizado nos índices da lei 4923/65 pode estar superestimado, o que faz com que os números absolutos da ocupação nos setores organizados sejam elevados e não muito confiáveis, na segunda metade da década. Talvez o problema seja que o universo de cobertura destes índices, principalmente no comércio e nos serviços, não seja suficientemente abrangente³⁴.

Para se avançar nestas questões e ter uma compreensão mais ampla sobre os ajustes dos mercados de trabalho às diversas conjunturas econômicas vividas na década seria preciso adicionalmente acompanhar as transformações da estrutura ocupacional, sobretudo no que diz respeito ao desemprego, e em aspectos como a distribuição por posição na ocupação, e atributos como a existência de carteira de trabalho assinada e contribuição à Previdência. É isto que tentaremos fazer a seguir, analisando estes indicadores citados.

Primeiramente iremos avaliar a distribuição da população ocupada segundo posição na ocupação. As tabelas 3 e 4 trazem estas informações para ambas as metrópoles, no

34 Esta afirmação tem por base a diferença significativa entre os índices da lei 4923/65 e do Painel Fixo da RAIS, para os anos de 1985 a 1988, na cidade de São Paulo. O Painel Fixo registra um crescimento bem menor que a 4923.

período de 1979 a 1990, relacionando também o desemprego aferido pela PNAD na semana de referência da pesquisa.

TABELA 3
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1979/1990 (em %)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1979	1981	1983	1986	1989	1990
EMPREGADOS	79,6	74,8	74,2	78,0	78,9	73,7
C/ CARTEIRA	65,2	58,5	55,6	57,9	60,1	56,1
S/ CARTEIRA	14,4	16,3	18,6	20,1	18,8	17,6
CONTA-PRÓPRIA	11,7	13,0	13,1	13,5	13,0	15,2
EMPREGADORES	4,1	3,8	3,4	4,3	3,8	4,3
SEM RENDIMENTO	1,3	1,7	1,3	0,9	0,9	0,9
PESSOAL OCUPADO	96,6	93,3	92,0	96,7	96,6	94,1
PROCUR. TRABALHO	3,4	6,7	8,0	3,3	3,4	5,9
TOTAL DA PEA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE, PNADs, vários anos.

TABELA 4
POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1979/1990 (em %)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1979	1981	1983	1986	1989	1990
EMPREGADOS	77,4	73,3	70,1	73,3	73,7	71,8
C/ CARTEIRA	58,8	52,7	46,6	50,0	50,0	49,5
S/ CARTEIRA	18,6	20,6	23,5	23,3	23,7	22,3
CONTA-PRÓPRIA	13,8	15,7	18,1	18,7	16,9	19,0
EMPREGADORES	3,5	3,4	3,5	3,9	4,0	4,0
SEM RENDIMENTO	0,9	0,8	0,9	0,8	0,9	0,8
PESSOAL OCUPADO	95,7	93,2	92,7	96,8	95,5	95,6
PROCUR. TRABALHO	4,3	6,8	7,3	3,3	4,5	4,4
TOTAL DA PEA	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: FIBGE, PNADs, vários anos.

Na RMSP, entre 1979 e 1983, verifica-se uma acentuada queda no percentual de empregados (5,4 %), que é mais do que compensada pelo aumento do desemprego (4,6%) e do peso dos

conta-própria (1,4%). Além disso, esta redução do percentual de empregados fez-se basicamente através da queda do peso do assalariamento com carteira (9,6%), contra inclusive um aumento do peso dos empregados sem carteira (4,2%). De 1983 a 1989, a principal mudança é a queda no desemprego, que é absorvida principalmente pelo aumento dos empregados com carteira, não havendo grandes alterações no peso dos empregados sem carteira ou conta-própria. Porém, em 1990, com o início da nova recessão, cai novamente o percentual de empregados, desta vez tanto com carteira (4,0%) como também sem carteira (1,2%). A contrapartida foi a elevação do desemprego (2,5%), mas também uma significativa ampliação do percentual de conta-própria (2,2%).

Estes dados revelam questões interessantes quando se compara as recessões do início e fim da década de 80. Em ambos os períodos, parte importante do ajuste do mercado de trabalho deu-se via elevação do desemprego. Porém, na recessão de 1981-83, o ajuste se fez principalmente através da mudança na composição do assalariamento, que passa de com carteira para sem carteira, sendo bem menor a contribuição do aumento do trabalho autônomo.

Ao contrário, na nova recessão de 1990-1991, o aumento do trabalho por conta-própria é, ao lado do desemprego, o principal elemento do ajuste, com uma significativa queda do emprego assalariado. Assim, grosso modo, pode-se dizer que no início da década predominou um aumento da chamada economia "subterrânea" e que no final predomina uma expansão

da economia "informal", na RM de São Paulo.

No caso do Rio de Janeiro, a situação é mais crítica. Naquela região, no começo da década (1979-83), ocorre uma queda ainda maior do percentual de assalariados (-8,1%), contrabalançada pela expansão do desemprego (3,0%) e por significativo aumento dos autônomos (4,2%). A redução da participação dos empregados, de forma semelhante a São Paulo, ocorreu pelo lado dos com carteira, só que numa intensidade maior (-12,8%), contra expressivo aumento dos sem carteira (4,7%).

No período de 1983 a 1989 recuperou-se em parte o assalariamento (3,6%), basicamente aquele com carteira assinada (3,4%). O emprego sem carteira manteve-se num patamar praticamente constante e os trabalhadores por conta-própria diminuíram um pouco seu peso (-1,2%). Contudo o desemprego, de forma distinta de São Paulo, teve um comportamento mais instável, revelando maior sensibilidade às mudanças conjunturais: cai bastante o desemprego entre 1983 e 1986 (-4,0%), mas volta a elevar-se aos poucos entre 1986 e 1989 (1,2%).

A nova recessão, a partir de 1990, provocou na RMRJ mudanças um pouco diferentes de São Paulo: também houve queda do percentual de empregados (-1,9%), só que, ao contrário de São Paulo, predominantemente daqueles sem carteira assinada (-1,4%). A contrapartida, neste caso, foi fundamentalmente o aumento do peso do trabalho por conta-própria (2,1%), não ocorrendo, em 1990, novo aumento do

desemprego.

Conclui-se, com base nestes dados, que de forma mais evidente no Rio de Janeiro, mas também em São Paulo, houve uma significativa deterioração da estrutura ocupacional por posição na ocupação. Esta deterioração se expressa na queda do assalariamento, principalmente com carteira, e no aumento dos autônomos e do desemprego. O mais grave, entretanto, é que esta deterioração tem aumentado com a atual recessão, principalmente através do grande aumento dos autônomos e, de forma mais evidente no caso de São Paulo, do novo impulso do desemprego.

Porém, é preciso observar que os resultados das tabelas 3 e 4, no que se refere ao assalariamento com ou sem carteira, sofrem influência das alterações no regime jurídico do emprego público ao longo da década, sendo necessária alguma cautela para se avaliar aqueles dados.

Para contornar estes problemas, as tabelas 5 e 6 indicam o percentual de empregados com ou sem carteira dos setores de atividade não-agrícola, excluídos a administração pública e as atividades sociais. Com isso, pode-se ter uma visão da evolução do emprego assalariado ao longo da década, nas duas metrópoles, para cada setor de atividade, sem incorrer nos problemas atinentes à contabilidade do emprego público. Portanto, este é um enfoque a mais para se avaliar a deterioração das condições de trabalho nos anos 80, no Rio de Janeiro e em São Paulo.

TABELA 5

EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO POR SETOR DE ATIVIDADE
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1979/1990

SETOR DE ATIVIDADE	ANOS					
	1979	1981	1983	1986	1989	1990
Ind. Transformação	94,1	91,7	91,7	87,3	90,1	89,1
Construção Civil	79,3	73,8	67,8	71,4	68,0	69,6
Outras Ativ. Ind.	89,9	90,5	85,3	83,3	97,1	91,7
Comércio	79,1	76,6	78,6	73,6	77,6	73,5
Prest. Serv. (*)	62,5	56,8	54,7	57,7	60,6	64,1
Transportes	92,9	93,4	90,8	90,7	90,8	90,9
Outras Atividades	94,1	93,3	95,3	92,0	91,5	91,7
Total (**)	85,1	82,0	79,8	79,0	80,4	80,4

FONTE: FIBGE, PNADs, vários anos.

OBS: (*) Inclusive Serviços Auxiliares; (**) Exclusive Ad.
Pública, Atividades Sociais e Agricultura.

TABELA 6

EMPREGADOS COM CARTEIRA DE TRABALHO POR SETOR DE ATIVIDADE
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1979/1990

SETOR DE ATIVIDADE	ANOS					
	1979	1981	1983	1986	1989	1990
Ind. Transformação	90,9	86,0	82,8	81,1	82,4	80,1
Construção Civil	78,4	71,2	59,8	64,9	58,8	60,7
Outras Ativ. Ind.	93,9	91,9	90,0	92,8	93,8	90,1
Comércio	83,9	78,7	75,1	78,2	74,8	79,5
Prest. Serv. (*)	63,0	60,2	54,4	55,9	59,0	60,2
Transportes	91,1	92,4	90,9	90,6	91,7	90,0
Outras Atividades	94,6	93,0	90,2	91,6	80,7	88,5
Total (**)	80,7	77,2	72,3	72,9	72,4	74,4

FONTE: FIBGE, PNADs, vários anos.

OBS: (*) Inclusive Serviços Auxiliares; (**) Exclusive Ad.
Pública, Atividades Sociais e Agricultura.

Os indicadores da cobertura jurídico-institucional do registro em carteira por setor de atividade confirmam a deterioração das condições de trabalho, ou se quiser, dos direitos trabalhistas.

Nas duas regiões metropolitanas, entre 1979 e 1990, reduz-se o percentual de empregados com carteira assinada em praticamente todos os setores de atividade. Contudo, esta queda foi bem mais intensa entre 1979 e 1983, tanto no Rio como em São Paulo, fruto da recessão do início da década, que se caracterizou, como dissemos, pelo aumento do peso do emprego sem carteira assinada. Além do mais, a diminuição do emprego com carteira foi mais relevante para a indústria de transformação, construção civil e comércio de mercadorias. Ao contrário, na prestação de serviços, após uma queda entre 1979 e 1983, há um aumento constante do percentual de empregados com carteira até 1990, nas duas metrópoles.

No conjunto, o percentual de assalariados sem carteira sobe até 1983 e mantém-se no mesmo patamar até 1990, em São Paulo, e até 1989 no Rio de Janeiro. Nesta última metrópole verifica-se, já em 1990, um aumento do percentual de empregados com carteira.

Os indicadores da contribuição à previdência para o conjunto do pessoal ocupado nestes mesmos setores de atividade reafirmam as conclusões tiradas na análise sobre o registro em carteira. Isto pode ser observado nas tabelas 7 e 8, a seguir.

TABELA 7

PESSOAS OCUPADAS QUE CONTRIBUEM PARA A PREVIDÊNCIA
REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO - 1979/1990

SETOR DE ATIVIDADE	ANOS					
	1979	1981	1983	1986	1989	1990
Ind. Transformação	94,2	91,9	91,7	88,8	90,0	89,7
Construção Civil	69,4	64,0	58,1	60,3	57,5	51,3
Outras Ativ. Ind.	94,7	97,1	95,6	93,3	100,0	95,9
Comércio	75,2	70,4	73,5	67,1	72,4	69,5
Prest. Serv. (*)	61,4	55,6	54,0	54,7	60,3	58,3
Transportes	89,1	89,6	87,4	88,7	88,4	87,4
Outras Atividades	95,2	93,2	94,8	91,9	92,5	90,6
Total (**)	81,6	77,5	75,8	75,2	77,3	74,7

FONTE: FIBGE, PNADs, vários anos.

ORIS: (*) Inclusive Serviços Auxiliares; (**) Exclusive Ad. Pública, Atividades Sociais e Agricultura.

TABELA 8

PESSOAS OCUPADAS QUE CONTRIBUEM PARA A PREVIDÊNCIA
REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO - 1979/1990

SETOR DE ATIVIDADE	ANOS					
	1979	1981	1983	1986	1989	1990
Ind. Transformação	92,2	87,2	83,9	81,4	82,5	81,1
Construção Civil	75,8	67,2	52,6	55,3	55,7	54,7
Outras Ativ. Ind.	97,5	95,2	90,9	95,9	92,4	93,1
Comércio	79,9	71,6	68,5	67,9	67,1	68,9
Prest. Serv. (*)	62,2	55,8	48,0	47,0	53,5	52,6
Transportes	93,2	91,5	88,7	87,5	90,1	89,6
Outras Atividades	91,3	86,6	83,2	78,4	76,5	80,6
Total (**)	78,6	72,4	65,2	64,1	66,5	66,9

FONTE: FIBGE, PNADs, vários anos.

ORIS: (*) Inclusive Serviços Auxiliares; (**) Exclusive Ad. Pública, Atividades Sociais e Agricultura.

Como mostram as tabelas 7 e 8, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, verifica-se uma diminuição do percentual de contribuintes para a previdência, em quase todos os setores de atividade, entre 1979 e 1990. Assim como no

registro em carteira, a redução na cobertura da contribuição é mais pronunciada até 1983, para o total de contribuintes. Uma análise por setor, para o conjunto da década, mostra, também de modo semelhante ao registro em carteira, que o movimento de queda foi mais intenso na indústria, na construção civil e no comércio. Também de forma análoga, a prestação de serviços teve um comportamento oposto aos outros setores, com aumento do percentual de contribuições após 1988.

Podemos sintetizar estes números na seguinte idéia: tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, embora de forma mais intensa na primeira destas metrópoles, houve uma intensa terciarização da estrutura ocupacional, que foi acompanhada de redução da cobertura do registro em carteira entre os assalariados e da contribuição à previdência no conjunto do pessoal ocupado, bem como por um maior peso do trabalho por conta-própria. Todos estes movimentos configuram um quadro de deterioração dos mercados de trabalho metropolitanos de São Paulo e Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro sintetiza a situação mais crítica. A deterioração das condições de trabalho foi geral, qualquer que seja o indicador, além de ter sido acompanhada por queda no valor dos rendimentos médios: amplia-se a participação do trabalho autônomo em contraposição ao assalariamento; entre os empregados, aumenta a participação dos sem carteira; o desempenho do terciário foi sobretudo um resultado de atividades econômicas não registradas pelos censos de

estabelecimentos; cai o percentual dos trabalhadores que contribuem para a previdência. Ou seja, houve tanto um aumento significativo das relações de trabalho não capitalistas, exemplificadas pela pequena produção mercantil e pelos mecanismos de transferência interpessoal de renda que se desenvolvem numa economia metropolitana estagnada, como provavelmente houve aumento do que foi chamado de economia subterrânea.

Em São Paulo, ainda que estes fatos também estejam presentes, o movimento não é tão simples. A razão principal foi o desempenho distinto do setor terciário, sobretudo das atividades organizadas da prestação de serviços, do comércio de mercadorias e das atividades sociais. Ou seja, parte dos serviços "modernos" da metrópole paulista apresentou um crescimento relativamente alto até pelo menos o final da década de 1980. Ao lado deste crescimento, também aumentou o peso das atividades terciárias não organizadas no conjunto do emprego metropolitano.

Comentários Finais

Talvez a característica mais importante da década de 1980 tenha sido o colapso do estilo de crescimento rápido que a economia brasileira experimentou por várias décadas. A geração de volumes elevadíssimos de novas ocupações urbanas, na base do mercado de trabalho, criava condições de absorver contingentes expressivos de novos trabalhadores, muitos dos quais de origem rural.

Com a ruptura desse processo de permanente revolução da estrutura ocupacional movida pelo crescimento rápido, na virada dos anos 80, desarticula-se o traço fundamental do funcionamento do mercado de trabalho até então, que era a chamada "lógica da incorporação", nos termos de Luiz Antônio da Silva ¹⁹.

Como decorrência disto, explicita-se um novo fenômeno para a realidade do mercado de trabalho brasileiro: o desemprego aberto. A deterioração do mercado de trabalho em 1981-83, e mais recentemente, nos anos de 1990 e 1991, foi acompanhada de uma elevação das taxas de desemprego, o que

19 Ver: MACHADO DA SILVA, Luiz A., A (Des)organização do Trabalho no Brasil Urbano, in São Paulo em Perspectiva, 4(3/4) : 2-5, FSEADE, jul-dez 1990.

evidencia o fato da desocupação aberta passar a constituir-se num dos elementos do ajuste do mercado de trabalho em fases de retração da atividade econômica.

Ao lado do desemprego, que manifesta-se em níveis elevados apenas no início e fim da década, outras formas de ajustamento do mercado de trabalho foram bastante significativas. Entre elas destaca-se a ampliação das atividades terciárias, muitas das quais à margem da legislação trabalhista e em setores de menor produtividade.

Surge daí a questão sobre se houve ou não aumento da informalidade no período. Nesse caso, depende do que se identifica por essa expressão. Se informal representa a pequena produção mercantil, sintetizada no trabalho por conta-própria, o aumento deste setor poderia não ser tão expressivo, ao menos até 1988. Contudo, se forem usados outros conceitos para setor informal²⁰, a conclusão poderia ser de que houve informalidade.

Acima de tudo, a principal conclusão para a década de 1980 é que ocorreu uma significativa deterioração do mercado de trabalho brasileiro, nesse período. Esta deterioração (ou, se quizer, precarização das relações de trabalho) é fruto das transformações processadas na estrutura ocupacional brasileira, que se ajustou, da maneira que foi possível, a uma trajetória econômica bastante instável e com baixo crescimento médio das atividades econômicas no período.

20 Ver nota 16

Porém, apesar do amplo arsenal de dados acumulados e de ter passado dois anos do final da década, ainda sabe-se relativamente pouco sobre a forma concreta que assumiu essa deterioração do mercado de trabalho. O fato é que ela se deu em "vários aspectos: queda dos rendimentos reais, maior presença de autônomos, menor nível de regulação estatal, jornadas parciais involuntárias, etc. Estará em jogo não apenas o problema da quantidade de empregos a serem criados, mas de forma cada vez mais acentuada um conjunto de questões qualitativas ligadas ao conteúdo dessas ocupações"²¹.

No que diz respeito mais especificamente às metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo, essa deterioração dos mercados de trabalho se manifesta sob vários aspectos: terciarização da estrutura ocupacional, com grande crescimento dos setores não organizados; aumento da participação do trabalho por conta-própria como contrapartida da queda do assalariamento; diminuição da percentual de trabalhadores com carteira entre os empregados; redução na cobertura da contribuição à previdência no conjunto do pessoal ocupado.

Contudo, no caso de São Paulo, o processo de terciarização, além da expansão das atividades não organizadas, contou com expressiva participação dos setores modernos do terciário, principalmente do comércio, da prestação de serviços e das atividades sociais, pelo menos até 1989. Ou seja, esse processo foi mais complexo do

21. PACHECO Carlos A., "A Terciarização dos RPs: De Tudo um Pouco", op. cit., 1992.

metrópole paulista, configurando um mercado de trabalho bastante heterogêneo, no qual convivem trabalhadores da indústria, passando por um terciário moderno, ao lado de um conjunto cada vez mais amplo de indivíduos cuja reprodução é resultado de transferências de renda. Segundo C.A. Pacheco, em São Paulo, "ocorreu de tudo um pouco nestes últimos dez anos: parte da terciarização se "explica" pela conjuntura de baixo crescimento; parte é resultado do ajustamento da estrutura produtiva, com a externalização dos serviços das empresas industriais; e parte mostra-se um resultado da diversificação do comércio e serviços pessoais movida pela maior diferenciação do consumo dos segmentos de rendas médias e altas; para não falar do crescimento relativo do setor público, sobretudo das atividades sociais"²².

No Rio de Janeiro, por contraposição, houve um predomínio do crescimento das atividades não organizadas, que poderia estar indicando uma expressiva expansão da economia "informal".

Estes movimentos relativamente distintos em cada uma das metrópoles talvez encontrem resposta na própria diferença entre as estruturas produtivas de cada região. O Rio de Janeiro tem problemas de estagnação econômica crônica, com uma decadência de sua base industrial que vem de décadas. Por outro lado, a Grande São Paulo é a região mais desenvolvida do país, e ainda conserva parte ponderável da indústria nacional.

Outra questão importante diz respeito às diferenças entre as duas recessões vividas na década: 1981-82 e 1990-91. No início da década predominou uma mudança na composição do assalariamento, com a queda no percentual de trabalhadores com carteira sendo compensada principalmente pelo aumento dos trabalhadores sem carteira, sendo bem menor a contribuição do aumento do trabalho autônomo. Ao contrário, na nova recessão de 1990-91, o aumento do trabalho por conta-própria é, ao lado do desemprego, o principal elemento do ajuste, com uma significativa queda do emprego assalariado, tanto com como sem carteira. Assim, grosso modo, pode-se dizer que no início da década predominou um aumento da chamada economia "subterrânea" e que no final predomina uma expansão da economia "informal".

Portanto, se ainda restava alguma dúvida até 1989, atualmente é consenso que houve, de forma inquestionável com a nova recessão de 1990-91, uma mudança extremamente significativa na estrutura ocupacional por posição na ocupação das metrópoles de São Paulo e Rio de Janeiro, principalmente através do grande crescimento dos autônomos, do emprego doméstico e da explosão do desemprego. E o mais importante é que essa mudança evidencia uma significativa deterioração dos mercados de trabalho dessas duas regiões metropolitanas na década de 1980.

BIBLIOGRAFIA

ARIAS, Alfonso R. & THEODORO, Mário L. - "Cenários de Emprego e Renda no Brasil até o Ano 2000" , in IPEA/IPLAN, Para a Década de 1990: Prioridades e Perspectivas de Políticas Públicas - População, Emprego, Desenvolvimento Urbano e Regional, v.3, Brasília, 1989

BALTAR, Paulo E. & GUIARZES NETO, Leonardo, " Mercado de Trabalho e Crise: Notas para uma Abordagem", ANPEC/PNPE/UNICAMP, mimeo, Campinas, 1987.

BALTAR, Paulo E.; DEBECCA, Claudio S. & HENRIQUES, Wilnês - "O Comportamento da Estrutura Ocupacional Brasileira nos 80" , Relatório de Pesquisa, Convênio SEADE/UNICAMP, junho de 1992, versão preliminar.

CACCIAMALI, Maria C - "Informalização Recente do Mercado de Trabalho Brasileiro", Texto para Discussão n.19, Ministério do Trabalho, novembro de 1989.

DEBECCA, Claudio S. - "Dinâmica Econômica e Mercado de Trabalho Urbano: uma abordagem da Região Metropolitana de São Paulo", Tese de Doutorado, IE/UNICAMP, mimeo, Campinas, 1990

DEDECCA, Claudio S. & PACHECO, Carlos A. - "Mercado de Trabalho Não-Agrícola: Mitos e Realidade", in São Paulo em Perspectiva, FSEADE, 4(3/4):57-63, jul-dez 1990.

DEDECCA, Claudio S. & FERREIRA, Sinésio - "O Setor Informal no Funcionamento do Mercado de Trabalho Urbano", Relatório de Pesquisa, mimeo, Campinas, dezembro de 1990.

DEPE/UNICAMP - "Programa de Pesquisas sobre Mercado de Trabalho", vol I, Campinas, mimeo, 1980.

FARIA, Vilmar - "Pobreza Urbana, Sistema Urbano e Marginalidade" in Estudos CEBRAP, n 9, São Paulo, jul/set 1974.

GUERGUIL, M. - "Algunos Alcances sobre La Definición del Sector Informal", Revista de la Cepal, n 35, Santiago do Chile, Agosto de 1988.

MACHADO DA SILVA, Luiz A. - "A (Des)organização do Trabalho no Brasil Urbano", in São Paulo em Perspectiva, 4(3/4):2-5, FSEADE, jul/dez 1990.

PACHECO, Carlos A. - "A Terciarização dos 60: De Tudo um Pouco" in São Paulo em Perspectiva, SEADE, vol 6, n.3, São Paulo, jul/set 1992.

SACHECO, Carlos A. - "Os Aglomerados Urbanos de São Paulo: As Novas Realidades Demográficas e Ocupacionais da Urbanização Paulista - (Terciarização e Precarização da Estrutura Ocupacional nos Anos 80)", Relatório de Pesquisa, Convênio SP6/FECAMP, mimeo, Campinas, Outubro de 1992

SOUZA, Paulo R. - "A Determinação dos Salários e do Emprego em Economias Atrasadas", Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, mimeo, Campinas, 1980.

SOUZA, Paulo R. - "Empregos, Salários e Pobreza", HUCITEC, São Paulo, 1980